



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

XIII Conferência Municipal de Assistência Social

Avaliação a efetivação das deliberações

Número total de participantes:

- Dia 10/07: 323
- Dia 28/08: 247

Eventos de mobilização antecederam a Conferência:

- 17 Pré-conferências ou Encontros Preparatórios Palestras ou debates públicos



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Eixo 1 - Assistência Social é um direito do cidadão e dever do Estado

Tema	Prioridades para o Município	Status do cumprimento
Enfrentamento a pobreza: Benefício socioassistencial	Agilizar o processo de liberação de benefícios de transferência de renda e benefícios eventuais, inclusive retornando o repasse de benefícios a adolescentes em situação de desproteção social, além de aumentar a quantidade e condições de acesso a esses benefícios, promovendo a redução do tempo de agendamento e a alteração da regulamentação que trata da renda per capita para sua concessão, garantindo o aumento real periódico dos valores e o atendimento das emergencialidades em tempo hábil e as especificidades culturais e mobilidade social das famílias, assegurando o alcance de um patamar de vida digno.	<p>Efetivado:</p> <p>Não obrigatoriedade de inserção prévia no cadastro único para fins de concessão do auxílio natalidade;</p> <p>Entrega de kits de alimentos em domicílio e remessas específicas para atendimento in loco na Terra Indígena;</p> <p>Articulação com a Secretaria de Educação para entrega de kits pela rede escolar às famílias com crianças e adolescentes inseridas no cadastro único e renda de R\$0,00 a R\$ 178,00 per capita;</p> <p>Ampliação do número de benefícios eventuais emergenciais, especialmente no período da pandemia;</p> <p>Valor diferenciado do BEE para esse período;</p> <p>Implantação da modalidade de cartão para o benefício eventual emergencial como substituição da cesta básica e viabilização de maior rapidez no acesso, superando a necessidade de aguardar prévia abertura de contas bancárias.</p> <p>Observação:</p> <p>A centralização da gestão do auxílio emergencial pelo governo federal prejudicou o acesso de muitos usuários cuja necessidade é identificada no âmbito do município. Também não permitiu a avaliação dos acessos em tempo real, para compatibilização com os benefícios municipais.</p>



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

<p>Enfrentamento a pobreza: inclusão produtiva</p>	<p>Ampliar, diversificar e aprimorar a oferta de serviços, programas e projetos (de qualificação profissional, ACESSUAS Trabalho e Economia Solidária), assegurando condições de acesso para que possam ampliar sua atuação no Município de Londrina, com a utilização de estratégias como ampliações de parceiros, concessão de Vale Transporte, etc., e garantindo que estas ofertas ocorram de forma descentralizada nos territórios e atendam públicos específicos, como por exemplo a população em situação de rua e os adolescentes em situação de desproteção social, com abordagens que correspondam à realidade, social, cultural e territorial, aprimorando a articulação com as políticas do trabalho, com órgãos e instituições que atuem no campo da qualificação profissional e da intermediação de mão de obra, bem como garantindo fomento e recursos para os grupos de trabalho, ampliando o apoio a cooperativas organizadas por iniciativa de usuários, de modo a favorecer a coletivização das demandas e o acesso a crédito e microcrédito, assegurando o apoio aos processos de produção e comercialização.</p>	<p>Efetivado:</p> <p>Revisão do Edital referente aos Projetos de Inclusão Produtiva I e II, buscando aprimoramento, diversificação dos profissionais, trocas de experiências e fortalecimento do trabalho descentralizado e integrado entre esses projetos e a rede socioassistencial e intersetorial nos territórios (com articulação com o CRAS e com outras políticas) – em processo;</p> <p>Retomada de proposições referentes à Economia Solidária e busca de parcerias no município;</p> <p>Revisão da legislação afeta ao Programa Municipal de Economia Solidária;</p> <p>Fomento a grupos de economia solidária e apoio aos processos de produção e comercialização;</p> <p>O ACESSUAS teve sua execução interrompida pela SMAS tendo em vista a avaliação de resultados até o momento e perspectivas diante do momento de pandemia, visto não ser possível desenvolver sua metodologia. Deve ser retomado quando a crise sanitária for superada.</p>
<p>Estrutura para atendimento</p>	<p>Garantir estrutura física, adequada e adaptada, estrutura de equipamentos, material e pessoal necessários e adequados, inclusive com reposições em caso de aposentadorias, exonerações e falecimentos de servidores, para a ampliação da capacidade e agilidade de atendimento frente às demandas</p>	<p>Tem havido a busca de manutenção e conservação das unidades, com a viabilização de reformas e reparos sistemáticos;</p> <p>Em andamento/processo as construções do CREAS Oeste, do CRAS Oeste A e do CRAS Sul A.</p>



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

apresentadas, com atenção ao crescimento dessas demandas, inclusive afetas ao Cadastro Único; garantia de continuidade de atendimento aos egressos e realização do atendimento descentralizado, inclusive por meio da implantação de novas unidades de serviços da proteção social básica e especial (CRAS, CREAS, etc.) e garantia da manutenção das existentes, bem como a flexibilização dos horários de atendimento, inclusive com o estabelecimento de equipes volantes, contemplando horário noturno e sábados, em todas as regiões do Município (urbana, rural e Terra Indígena), com o atendimento às especificidades, principalmente das áreas mais isoladas, com vistas à universalização do acesso seja nas unidades governamentais ou não governamentais, e o efetivo acompanhamento das famílias.

A aquisição de equipamentos tem sido realizada, porém enfrenta dificuldades nos processos de compra, o que compromete a agilidade.

Cadastro Único: em razão da pandemia, foram desenvolvidos trabalhos descentralizados em parceria com a rede socioterritorial e, após a conclusão da reforma da sede da SMAS, foram agrupadas as equipes em Central de Cadastramento, porém mantendo-se postos de atendimento em algumas unidades.

Implantada Central de Agendamento.

Atendimentos “*on line*” e extensão de atendimento, inclusive nos sábados.

Instalação de wi-fi, aprimoramento da internet, instalação de novas linhas telefônicas e disponibilização de aparelhos celulares para as unidades de atendimento governamentais.

Realizada reposição de parte dos servidores efetivos aposentados, exonerados e falecidos (assistentes sociais e motoristas) para a rede governamental e além da contratação emergencial para atendimento à pandemia e seus efeitos.

Implantação do acolhimento em república e pernoite, da Central de Vagas, reordenamento da residência inclusiva, reordenamento dos CREAS.

Observação

As contratações de servidores efetivos encontram-se impossibilitadas em razão da atual legislação federal que traz esse impedimento.



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SCFV	<p>Implantar e ampliar a oferta de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, de forma descentralizada nos territórios, considerando as diversas faixas etárias, a inclusão da família monoparental como público prioritário, a especificidade territorial, garantindo acesso, permanência no serviço, redução das listas de espera e desenvolvimento de ações preventivas, e assegurando a manutenção e ampliação das parcerias, bem como o número de profissionais compatíveis com a prestação dos serviços e remuneração digna.</p>	<p>Remanejamento de metas entre territórios e implantação de 275 novas metas de atendimento em 2019.</p> <p>Iniciado debate sobre possível reordenamento dessas ofertas.</p> <p>Observação:</p> <p>Dificuldades na viabilização de estruturas adequadas para ampliação do atendimento em territórios ainda não cobertos.</p> <p>A pandemia levou à suspensão dos atendimentos presenciais e, em razão disso, não houve a ampliação de metas no ano de 2020, tendo sido desenvolvidos processos diferenciados de atendimento às crianças e adolescentes e suas famílias pelas unidades, em parceria com os CRAS.</p>
Formação e aprimoramento dos processos de trabalho	<p>Garantir a formação e capacitação continuada dos profissionais, bem como fomentar o estabelecimento de metodologias específicas, contemplando todas as categorias profissionais, assegurando acesso e condições de participação, bem como fomentar a inclusão de novos perfis profissionais no âmbito dos serviços socioassistenciais, qualificando o atendimento a públicos específicos como pessoas com deficiência, idosas, mulheres, população em situação de rua, usuários de SPA e povos indígenas, crianças e adolescentes e famílias com situações de trabalho infantil e acolhimento, buscando parceiros como universidades, institutos, dentre outros, evitando a rotatividade de pessoal, seja nos serviços públicos, seja nos serviços prestados pela rede não governamental e promovendo, nas parcerias existentes no âmbito da</p>	<p>Revisões metodológicas encontram-se em curso em vários serviços;</p> <p>Elaborada nota técnica para atendimento PAIF, com debates junto às equipes;</p> <p>Portaria de Referência e Contrarreferência, com apresentação ao CMAS e realização de oficinas territorializadas, de debates com políticas afetas e representantes do sistema de justiça e de defesa de direitos.</p> <p>Realizadas intervenções por meio de cursos e formações temáticas específicas voltadas a serviços que compõem a rede, inclusive por meio das comissões.</p> <p>Formação de instrutores municipais para formações relacionadas ao Cadastro Único.</p> <p>Em processo de formatação, proposta de educação permanente para a</p>



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

política de assistência social, a previsão de tempo de preparação das atividades entre as equipes dentro da respectiva carga horária de trabalho para a realização de planejamento coletivo, estimulando o uso de tecnologias inovadoras, com vistas a garantir a qualificação do atendimento bem como articulação em rede com outros serviços e territórios.

rede socioassistencial.



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Eixo 2 - Política Pública tem que ter financiamento público

Tema	Prioridades para o Município	Status do cumprimento
	<p>Ampliar o orçamento destinado a serviços, programas e projetos (a exemplo de: CRAS/PAIF, CREAS/PAEFI, SCFV para crianças adolescentes e idosos e aprendizagem profissional, acolhimentos, dentre outros), voltados aos vários públicos da política de assistência social (crianças, adolescentes e jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiência e suas famílias) de forma a ampliar a cobertura destes em territórios em que já se fazem presentes; garantir que tal cobertura atinja territórios que ainda estão descobertos e garantir, ainda, a ampliação de profissionais para o atendimento de forma continuada e qualificada das demandas, inclusive de etnias e públicos específicos, assegurando estrutura adequada e garantindo o acesso para os usuários com fornecimento de Vale Transporte e/ou meios de transporte.</p>	<p>Houve ampliação do orçamento da assistência social desde 2019.</p> <p>Entretanto, o direcionamento principal dessa ampliação se voltou ao atendimento das situações decorrentes da situação de pandemia instalada, consubstanciados no Plano de Contingência.</p>
	<p>Assegurar que as parcerias firmadas para a oferta de serviços programas e projetos tenham reajuste sistemático, equiparação dos valores repassados para ações do mesmo tipo e como base o custo, a complexidade e especificidade do atendimento e do local, e atinjam todas as regiões do município.</p>	<p>Tem-se assegurado a correção inflacionária anual nos valores praticados;</p> <p>Efetivada atualização dos valores praticados na PSE, frente ao custo dos serviços, havendo a pendência de aplicação também na PSB.</p>
	<p>Ampliar os valores e quantidades dos benefícios eventuais e de transferência de renda municipal (PMTR), anualmente, ampliando sua capacidade de proteção social, garantindo reajuste com base no índice utilizado para o salário mínimo.</p>	<p>Implantação de valor diferenciado do Benefício Eventual Emergencial em decorrência da pandemia.</p> <p>Desencadeado debate e análise de impacto para a viabilização de ampliação do valor e de quantitativos relacionados ao PMTR.</p>
	<p>Garantir orçamento para a implementação de recursos humanos na rede socioassistencial e na Secretaria Municipal de Assistência Social por meio da</p>	<p>Realizada reposição de parte dos servidores efetivos aposentados, exonerados e falecidos (assistentes sociais</p>



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

realização de concursos públicos para novas contratações e para reposição de servidores aposentados ou afastados, de forma a atender as necessidades de cada serviço, e da implementação de uma política interna de recursos humanos que se preocupe com a qualificação e com o cuidado dos trabalhadores de forma preventiva e proativa.

e motoristas) para a rede governamental e além da contratação emergencial para atendimento à pandemia e seus efeitos.



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Eixo 3 - A participação popular garante a democracia e o controle da sociedade

Tema	Prioridades para o Município	Status do cumprimento
Atenção a população de situação de rua	Garantir que o Comitê Pop Rua, composto por todas as políticas públicas afetas voltadas às pessoas em situação de rua e usuários dos serviços, seja a referência de articulação e controle desses serviços, de forma a serem ofertadas no Centro Pop e demais locais das políticas intersetoriais, considerando também os territórios.	O Comitê foi criado, porém está com seus trabalhos descontinuados, sendo uma demanda sua reativação.
Democratização dos espaços decisórios	Ampliar a participação dos usuários e trabalhadores do SUAS no processo de planejamento, acompanhamento e avaliação dos serviços socioassistenciais, criando espaços tais como: assembleias, comissões, fóruns, de trabalhadores e de usuários etc.	O CMAS tem se configurado em espaço de fala e escuta tanto para usuários quanto para trabalhadores; Encontra-se em funcionamento o Fórum Municipal dos Trabalhadores do SUAS.
	Ampliar e qualificar os canais de comunicação e relacionamento dos usuários com as estruturas da Política de Assistência Social, com a utilização de estratégias como jornais, cartilhas, folhetos, whats App, entre outros, observando a acessibilidade.	Foram buscadas alternativas nessa direção, porém muitas não lograram êxito. Nesse sentido destaca-se a tentativa de implantação de um 0800 da política de assistência social, que não seguiu. Foi possível implantar acompanhamento mais sistemático via Whats App.
Fortalecimento da instância de controle social	Garantir que CMAS se efetive como um espaço democrático de participação, a partir de mecanismos que facilitem o acesso, a socialização e a clareza das informações, e a transparências dos dados para que sejam acessíveis a todos/as os/as conselheiros/as e observadores no processo deliberativo, por meio de reuniões descentralizadas nos territórios e com nova metodologia destas reuniões.	O CMAS tem se configurado em espaço de fala e escuta tanto para usuários quanto para trabalhadores; Buscou-se realizar reuniões descentralizadas do Conselho, tendo sido possíveis poucas antes do impedimento de encontros presenciais em decorrência da pandemia. As reuniões virtuais se constituem desafios e, ao mesmo



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

		<p>tempo, possibilidades de ampliação do alcance.</p> <p>Houve a preocupação de que os conselheiros usuários tivessem condições de participação nas reuniões, com disponibilização de pontos de apoio e utilização de meios alternativos para o acesso às informações.</p>
	<p>Promover capacitações sistemáticas com os/as conselheiros/as de forma a ampliar as suas condições objetivas de avaliação, monitoramento, fiscalização e tomada de decisão sobre a Política de Assistência Social.</p>	<p>Em processo de formatação, proposta de educação permanente para que inclui os conselhos.</p>